

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO**IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA**

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2026/2120	693/2026	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DOM - UAC [ENTRADAS]		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na presente informação técnica.

CONCURSO PÚBLICO N.º CPE.01.26.DMOSM**PROPOSTA DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE FORMAÇÃO DE CONTRATO - CONCURSO PÚBLICO**

Entidade adjudicante: Município de Braga - alínea c) do n.º 1 do artigo 2.º do Código dos Contratos Públicos (doravante CCP).

Concurso de Empreitada de Obra Pública adiante descrita, em conformidade com a alínea b) do artigo 19.º; n.º 1 do artigo 36.º, artigo 38.º, e artigos 130.º a 148.º, todos do Código dos Contratos Públicos (Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as respetivas alterações e republicações em vigor).

Plataforma eletrónica: <https://www.vortal.biz/pt-pt> (vortalvision).

Contratação: Empreitada de "UNIDADE DE SAÚDE DE RUÃES - OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO EXTERIOR."

Vocabulário CPV: 45453100-8	Obras de	Prazo máximo de execução: 105 dias	Preço €164.277,93	Base:
recuperação				

I – DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO PROJETO / INTERVENÇÃO

O presente projeto consiste na execução de obras de requalificação do espaço exterior da Unidade de Saúde Familiar de Ruães, localizada na rua de Ruães, na freguesia de Mire de Tibães, do concelho de Braga. O projeto foi desenvolvido em cumprimento com o programa preliminar que foi definido pela ARS-Norte para requalificação desta Unidade de Saúde, a qual tem como principal objetivo a melhoria das condições de acessibilidade e de utilização do equipamento de saúde pelos utentes e pelos profissionais que prestam serviço na unidade de saúde. A intervenção proposta promove uma definição clara dos espaços exteriores, definindo a utilização dos vários espaços,



dos percursos e dos locais de estacionamento. É proposta a demolição do muro limite de plataforma virado ao arruamento, de modo a possibilitar estacionamento fácil e direto para ambulância, pessoas com mobilidades reduzida e limitações físicas.

A adoção de solução de estacionamento paralelo junto a via de acesso (Rua de Ruães) permite a criação de um passeio mais seguro, o qual permite a sua utilização pelos utentes em melhores condições de conforto e segurança. São definidos novos limites físicos (nos alinhamentos da construção) que permitem encerrar o espaço aos estacionamentos abusivos. A poente é definido o estacionamento para os profissionais/funcionários com seis lugares de estacionamento para veículos ligeiros, e a nascente projeta-se um parque de estacionamento para utentes em geral com cinco lugares de estacionamento para veículos ligeiros. A intervenção engloba a plantação de oito árvores para qualificação dos espaços exteriores, as quais irão proporcionar sombreamento sobre os espaços de estacionamento.

II – FUNDAMENTAÇÃO DO PREÇO BASE

(cfr. o disposto no art.º 47 da Parte I do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29/01, na sua redação atual).

O preço base foi definido pela entidade adjudicante nos termos previstos no artigo 47º do CCP, designadamente, com recurso aos custos médios unitários resultantes de anteriores procedimentos para prestações do mesmo tipo, com a adequada atualização ou adaptação dos referidos valores unitários as atuais circunstâncias do mercado, procedendo-se ao seu ajustamento tendo em consideração:

- O volume de trabalhos a executar para cada espécie de trabalho;
- A tipologia dos trabalhos;
- As particularidades e condicionalismos locais;
- As conjeturas atuais do mercado da construção;
- A atualização dos preços unitários associados à data dos procedimentos anteriores tomados com referência para o efeito.

III – PARECERES PRÉVIOS, LICENCIAMENTOS E AUTORIZAÇÕES NECESSÁRIOS

(cfr. n.º 5 do artigo 36.º da Parte I do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29/01, na sua redação atual).

O presente projeto reúne os pareceres prévios, obrigatórios e vinculativos, das seguintes entidades externas:

- **ARS-N** – Aprovação do Projeto – Ref.ª GIE/2023/67 de 06/09/2023;
- **AGERE** – Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga – Ref.ª S15586-202510-DE de 28/10/2025.

O projeto não carece de obtenção de outros pareceres prévios, licenciamentos ou autorizações necessárias, por parte de entidades externas ou internas, que possam condicionar o procedimento e a execução do contrato.



IV – PROPOSTA

Propõe-se a aprovação da abertura de procedimento concursal público ao abrigo da alínea b) do número 1 do artigo 19.º do CCP da redação do Decreto-Lei n.º 111-B/2017 31/08 alterado pela Lei n.º 30/2021 de 21/05 da alteração ao Código de Contratos Públicos – Concurso Público – com vista à execução da empreitada “**UNIDADE DE SAÚDE FAMILIAR DE RUÃES – Obras de pavimentação exterior**” a levar a efeito na Rua de Ruães – Freguesia de Mire de Tibães – Concelho de Braga e com valor base €164.277,93 + IVA.

1. Peças do procedimento

Aprovação das peças do procedimento a seguir identificadas:

- i. Programa do procedimento;
- ii. Caderno de encargos;
- iii. Porque o procedimento se destina à formação de um contrato de empreitada, o caderno de encargos é integrado por um projeto de execução, conforme impõe o artigo 43.º, n.º 1 do *Código dos Contratos Públicos*.

2. Designação do júri do procedimento

O Júri do procedimento, terá a composição a seguir indicada, anexando-se à presente as declarações subscritas pelos membros propostos de inexistência de impedimento para assumir as funções indicadas, nos termos previstos no artigo 67.º, n.º 5 do Código dos Contratos Públicos:

Membros efetivos:

Membros suplentes:

3.1. Que nas suas faltas e impedimentos o Presidente do júri seja substituído pelo membro: António Torres.

3. Gestão do contrato

A gestão do contrato, nos termos previstos no artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos, que assegurará o permanente acompanhamento da sua execução, será confiada à
a desempenhar funções no Departamento Municipal de Obras Municipais, estrutura que, na entidade adjudicante, assegura a gestão funcional dos interesses a que o objeto do contrato visa responder.

4. Delegação de competências



Que ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 109.º do CCP, sejam delegadas no Júri e nos serviços da Direção Municipal de Obras e Serviços Municipais / Departamento de Obras Municipais / Unidade de apoio à Contratação (DMOSM/DOM/UAC) as seguintes competências:

- Proceder a todas as formalidades necessárias ao procedimento do concurso na plataforma eletrónica, desde o início até à respetiva conclusão;
- A classificação de documentos da proposta e respetiva desclassificação, se no decurso do procedimento deixarem de se verificar os pressupostos que determinaram a sua classificação, nos termos do art.º 66.º do CCP;
- Prestar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento solicitados pelos interessados, conforme previsto no n.º 5, 6, 7, 8 e 9 do artigo 50.º e artigo 116.º ambos do CCP;
- Proceder às correções nas peças do procedimento de erros cálculo ou escrita, e erros nos dados introduzidos na plataforma eletrónica;
- Proceder às diligências necessárias para resposta aos concorrentes sobre os erros e omissões do Caderno de Encargos;
- Proceder às prorrogações do prazo, nos termos do artigo 64.º do Código dos Contratos Públicos;
- Proceder às formalidades subsequentes ao relatório final ou decisão de adjudicação, tais como, subscrição dos documentos e respetivas notificações;
- Proceder ao envio de todas as notificações necessárias ao procedimento.

5. Adjudicação da empreitada

A adjudicação será efetuada segundo o critério do **mais baixo preço**. Em caso de empate no valor das propostas, o desempate será efetuado por sorteio, pelo júri do procedimento, na presença das entidades interessadas.

6. Cabimento orçamental

Para os devidos efeitos, junta-se a informação de cabimento n.º 99193 de 02/12/2025, atualizada em 20/01/2026.

7. Declaração de inexistência de conflitos de interesses

De modo a assegurar a isenção e a imparcialidade e ainda prevenir situações de favorecimento no presente procedimento, todos os signatários da presente proposta ficam automaticamente vinculados à declaração de inexistência de conflitos de interesses (DICI_Portaria n.º 185/2024-1 de 14 de agosto), em anexo.

Braga, 20 de janeiro de 2026

Pelos Serviços da DMOSM/DOM/UAC,



Em anexo à presente proposta:

- Declaração de Inexistência de Conflitos de Interesses _Portaria n.º 185/2024-1 de 14 de agosto.

Em anexo nos documentos do processo:

- Cabimento; Convite; Caderno de encargos; Projeto de execução.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

